



25 DE ABRIL DE 2018

Quarta-feira

- CNI: MUDANÇA NO CÁLCULO DE ENCARGOS DE FUNDOS PODE COMPROMETER INVESTIMENTOS
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS CAI 5,6% EM MARÇO, MOSTRA ABIMAQ
- INDÚSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA CONTRATOU 4.625 DE JANEIRO A MARÇO, DIZ ABINEE
- 'SEM REFORMA, ORÇAMENTO FICA SEM CONTROLE', DIZ MANOEL PIRES
- MARUN: GOVERNO ENTENDE QUE REFORMA TRABALHISTA JÁ ESTÁ PRODUZINDO EFEITOS
- GOVERNO QUER APROVEITAR PROJETO EM TRAMITAÇÃO PARA REGULAMENTAR REFORMA TRABALHISTA
- PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA AFIRMAM QUE ACIDENTES DE TRABALHO PODEM AUMENTAR COM A REFORMA TRABALHISTA
- ARTIGO: CONSTITUIÇÃO
- REONERAÇÃO ESTÁ SEM PERSPECTIVA PARA VOTAR, DIZ ORLANDO SILVA
- TEMER SE REÚNE COM SETOR AUTOMOTIVO PARA TRATAR DO ROTA 2030
- FAZENDA VENCE DISPUTA E RESTRINGE O ROTA 2030
- GOVERNO E MONTADORAS ENTRAM EM CONSENSO SOBRE ROTA 2030
- ROTA 2030 ESTÁ SENDO FINALIZADO E SERÁ APRESENTADO EM MAIO, DIZ ANFAVEA
- SENADO APROVA PROJETO SOBRE NOVO MARCO LEGAL PARA O SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO
- PREVIDÊNCIA PUXOU DESPESA PRIMÁRIA NOS ÚLTIMOS 30 ANOS
- REAL É A 3ª MOEDA QUE MAIS PERDEU VALOR
- CONFIANÇA DO COMÉRCIO CAI 0,1 PONTO EM ABRIL ANTE MARÇO, AFIRMA FGV

- ANEEL MANTÉM VALORES PROPOSTOS PARA SISTEMA DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS
- IABR REVISAR PARA CIMA PROJEÇÃO DE PRODUÇÃO DE AÇO EM 2018
- MOREIRA ASSINA DECRETO QUE ATUALIZA CÓDIGO DE MINERAÇÃO
- COBRE OPERA ESTÁVEL EM LONDRES E SOBE LEVEMENTE EM NY
- SIDERÚRGICAS BRASILEIRAS ELEVAM PROJEÇÕES DE VENDA E PRODUÇÃO EM 2018
- PREÇOS DE MATÉRIAS-PRIMAS VÃO AUMENTAR ESTE ANO, DIZ BANCO MUNDIAL
- APÓS TARIFAS DOS EUA, INDÚSTRIA DE AÇO BRASILEIRA PRESSIONA GOVERNO POR MAIS PROTEÇÃO
- VENDA DE AÇO PLANO FICA ABAIXO DO ESPERADO EM MARÇO, DIZ INDA
- APÓS TRIMESTRE FRUSTRANTE, ABIMAQ PODE REVER PREVISÃO DE CRESCIMENTO DE VENDAS
- CHINESES LANÇAM CARRO ELÉTRICO PRODUZIDO POR IMPRESSORA 3D
- NEW HOLLAND MOSTRA TRATOR-CONCEITO A BIOMETANO
- VENDA ON-LINE DE CARROS SEMINOVOS MOVIMENTOU R\$ 2,6 BILHÕES

CÂMBIO EM 25/04/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,507	3,508
Euro	4,271	4,273

Fonte: BACEN

CNI: mudança no cálculo de encargos de fundos pode comprometer investimentos

25/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou nota nesta terça-feira, 24, para expor preocupação com a possibilidade de a Medida Provisória 812/2017 ser aprovada pelo Congresso em sua redação original. De acordo com a entidade, a medida, da forma como está, "pode comprometer investimentos nas regiões menos favorecidas do País".

A MP 812 modifica a forma de cálculo dos encargos financeiros dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Os encargos passarão a ser baseados na Taxa de Longo Prazo (TLP), que

é composta pela variação do IPCA e por uma taxa de juros real prefixada, mensalmente, de acordo com o equivalente ao rendimento real das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) com prazo de cinco anos.

“Além de uma taxa prefixada, que não muda ao longo do prazo do empréstimo, parte da TLP varia de acordo com a inflação. É justamente essa parte variável que preocupa a Confederação Nacional da Indústria (CNI)”, diz a nota. Na avaliação do gerente executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, “ao indexar os empréstimos à inflação, os riscos das empresas aumentam”. Os custos dos financiamentos podem ficar inviáveis, caso a inflação volte a subir, segundo Castelo Branco.

Para o economista, a nova fórmula de cálculo dos juros pode resultar em aumentos significativos do custo dos financiamentos contratados com os fundos constitucionais em cenários econômicos mais adversos.

A CNI lembra que os fundos constitucionais são o principal instrumento para a redução das desigualdades socioeconômicas regionais e intrarregionais do País. “Muitas empresas que operam e empregam nas mais diferentes atividades produtivas, nessas regiões, só puderam ser instaladas por terem tido acesso a esses recursos financeiros”, diz a Nota Econômica da CNI.

O documento destaca ainda que, além da TLP, o cálculo dos encargos financeiros dos empréstimos com recursos dos fundos considera três fatores de redução ou aumento da taxa prefixada: coeficientes de desequilíbrio regional, fator de programa e bônus de adimplência.

A entidade sugere a inclusão de medidas compensatórias à MP 812, que possam “preservar o patrimônio dos fundos e garantir a continuidade de seus desembolsos, tendo em vista o papel econômico e social que desempenham nas regiões favorecidas”. A proposta da indústria é que seja estabelecido um limite para a parte dos custos que serão indexados à inflação.

“Esse limite seria o teto máximo para o IPCA, fixado no regime de metas para a inflação do Banco Central. Isso, avalia a CNI, garantiria a efetividade do principal instrumento de incentivo à atividade produtiva e à geração de emprego e renda nas regiões menos favorecidas”, diz a nota.

A MP está em tramitação no Congresso Nacional e ainda em análise em comissão mista. Uma reunião prevista para esta terça-feira pela manhã da comissão, para apreciação do relatório, foi suspensa e não ocorreu.

Faturamento da indústria de máquinas cai 5,6% em março, mostra Abimaq

25/04/2018 – Fonte: Isto É

O faturamento da indústria nacional de máquinas e equipamentos alcançou R\$ 6,04 bilhões no mês passado, 5,6% a menos do que o montante registrado em março de 2017, informou nesta terça-feira, 24, a Abimaq, entidade que representa as empresas do setor. Na comparação com fevereiro, um mês mais curto, houve alta de 13,8% nas vendas dessa indústria, entre entregas ao mercado doméstico e exportações.

O resultado leva para R\$ 15,98 bilhões o total faturado nos três primeiros meses do ano, o que corresponde a um leve crescimento de 0,8% frente ao primeiro trimestre de 2017.

As exportações, que somaram US\$ 801,1 milhões no mês passado, caíram 15,2% no comparativo interanual. Por outro lado, as vendas da indústria de máquinas a clientes

nacionais subiram, na mesma base comparativa, 2,7%, chegando a R\$ 3,41 bilhões no mês passado.

Em março, o consumo de máquinas e equipamentos no País, que inclui as importações e é um termômetro dos investimentos nas linhas de produção, caiu 1% se comparado ao mesmo mês do ano passado. No total, as empresas brasileiras investiram R\$ 7,93 bilhões em máquinas e equipamentos no mês passado, um crescimento de 24,9% frente a fevereiro.

Só as importações caíram 4,3% na comparação com março de 2017, chegando a US\$ 1,21 bilhão. Mas como as exportações caíram mais, o déficit comercial desse mercado – ou seja, a diferença entre o que o Brasil compra e exporta de bens de capital mecânicos – ficou em US\$ 407,4 milhões, 27,8% a mais do que no mesmo período do ano passado. Ante fevereiro, as compras de máquinas e equipamentos do exterior subiram 17,9%.

O balanço da Abimaq revela ainda que a utilização da capacidade instalada nas fábricas de máquinas chegou a 76,1% no mês passado, acima dos 69,5% de um ano atrás e dos 74% de fevereiro.

A mão de obra no setor subiu 0,5% na comparação com março de 2017. A indústria de máquinas terminou o mês passado empregando 293,9 mil pessoas, 0,2% acima de fevereiro.

Consumo de bens de capital

O consumo de bens de capital mecânicos no Brasil caiu 3,9% nos três primeiros meses de 2018, chegando a R\$ 20,85 bilhões, de acordo com o balanço da Abimaq.

Apesar disso, por conta do aumento de 23,7% das exportações, a indústria de máquinas e equipamentos conseguiu um leve aumento de 0,8% do faturamento nos três primeiros meses de 2018. Após cinco anos seguidos de retração no faturamento do setor, a previsão da Abimaq é de aumento na faixa de 5% e 10% nas vendas dessa indústria.

As importações subiram 5,4% nos três primeiros meses do ano, para US\$ 3,48 bilhões. Como as exportações cresceram mais no trimestre, apesar do resultado negativo de março, o déficit comercial no setor caiu para US\$ 1 bilhão no primeiro trimestre, 22,8% abaixo do saldo negativo de igual período do ano passado.

Indústria elétrica e eletrônica contratou 4.625 de janeiro a março, diz Abinee

25/04/2018 – Fonte: Isto É

A indústria de materiais e equipamentos elétricos e eletrônicos contratou 4.625 trabalhadores com carteira assinada de janeiro a março, segundo a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Para o presidente da entidade, Humberto Barbato, trata-se do melhor primeiro trimestre em termos de contratações desde 2013, quando o número de novas vagas soma 5.193 de janeiro a março.

“A expansão observada do emprego reflete uma gradual recuperação da atividade produtiva do setor eletroeletrônico”, afirma o executivo.

Em março, o setor registrou 542 carteiras profissionais, segundo levantamento feito pela Abinee na base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

Se comparado com fevereiro, mês em que o setor contratou 2.709, apesar de positivo as contratações desaceleraram. Foram também em número menor se comparadas com as 1.374 contratações feitas em janeiro.

No período de 12 meses encerrados em março, a indústria elétrica e eletrônica abriu 3.086 novas vagas. Com o resultado do primeiro trimestre o número total de empregados diretos passou de 234,2 mil em dezembro de 2017 para 238,8 mil em março.

“Apesar do crescimento, o setor ainda não recuperou as perdas recentes nos níveis de emprego. Em dezembro de 2014, a indústria elétrica e eletrônica empregava 294 mil trabalhadores”, compara Barbato.

'Sem reforma, orçamento fica sem controle', diz Manoel Pires

25/04/2018 – Fonte: Isto É

Apesar da postergação da reforma da Previdência, Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal, portal que será lançado nesta quarta-feira, 25, pelo Ibpe/FGV, está otimista de que a medida seja aprovada em 2019.

“Se o governo não conseguir aprovar a reforma, muito provavelmente não vai conseguir ter o controle do Orçamento. Porque o gasto com a Previdência vai assumir a maior parte da despesa e o governo vai começar a canibalizar uma série de gastos públicos para conseguir manter a Previdência funcionando. Acho que isso é uma conveniência e uma oportunidade política importante em função desse contexto. Estou bastante otimista de que a gente consiga aprovar uma boa reforma no ano que vem”, disse.

Os dados públicos sobre as despesas primárias começaram a ser publicados de forma consolidada pelo Tesouro Nacional em 1997.

Para construir a série histórica com início em 1986, uma década antes, o portal Observatório de Política Fiscal compilou informações de fontes como Ministério da Previdência Social, fragmentos de relatórios antigos do Tesouro Nacional e Banco Central.

Marun: governo entende que reforma trabalhista já está produzindo efeitos

25/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse nesta terça-feira, 24, que a medida provisória da reforma trabalhista não foi uma prioridade do governo e por isso caducou na segunda-feira, 23. Ele afirmou também que mesmo sem a MP a reforma trabalhista já está sendo eficaz.

“O nosso entendimento e do parlamento é de que a reforma trabalhista já está produzindo efeitos positivos concretos e suficientes no sentido em que ela continue valendo até da forma que está”, destacou em coletiva de imprensa.

Segundo Marun, ao editar a MP, o governo pensou em alguns aprimoramentos, mas “isso acabou não se transformando em uma prioridade. Essa é a realidade”, disse.

Ao ser questionado se então o acordo que o governo fez na época com os senadores – de ajustar alguns pontos na reforma por meio da MP – não estaria mais valendo, Marun confirmou que o governo estuda o decreto para tentar fazer ajustes.

Na segunda-feira, após participar de reunião para debater o fim da vigência da Medida Provisória 808, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, que o governo irá regulamentar pontos da reforma trabalhista por decreto.

Ele notou, porém, que ainda não há data para a edição do texto. Marun também destacou nesta terça que não há previsão para que o decreto seja editado.

Marun disse ainda que o líder do governo no Senado, senador Romero Jucá, está trabalhando junto aos colegas para buscar uma solução em relação a situações que haviam sido acordadas com o Senado. "Urgente tudo é, mas tendo caducado a MP que enviamos, o governo trata essa questão agora com cuidado até superior", afirmou.

Governo quer aproveitar projeto em tramitação para regulamentar reforma trabalhista

25/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Objetivo é regulamentar pontos do trabalho intermitente, que estava previsto em MP que caducou



Carteira de trabalho e previdência social - Gabriel Cabral-6.dez.2017 / Folhapress

O governo estuda aproveitar um projeto de lei que já tramita no Congresso para regulamentar alguns pontos do trabalho intermitente. A modalidade foi aprovada na reforma trabalhista no ano passado, mas teve parte de suas regras suspensas após o vencimento de uma medida provisória na segunda-feira (23).

A MP alterava 17 artigos da reforma sobre sete assuntos, mas o governo decidiu que vai tratar agora apenas de pontos considerados sensíveis, como o trabalho intermitente.

A maior parte da regulamentação se dará por meio de um decreto, que deve sair nas próximas semanas. Contudo, essa ferramenta não pode ser usada para modificar alguns pontos como o recolhimento previdenciário do trabalhador intermitente.

Nesse caso, o governo estuda propor emendas em um projeto que já está em tramitação no Senado. O texto é de autoria de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e é relatado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) por Armando Monteiro (PTB-PE).

Os demais pontos devem ser abordados em um decreto que está em fase de estudos na Casa Civil. A equipe técnica realiza esta semana uma série de reuniões para tratar do assunto.

A MP expirada na segunda entrou em vigor em novembro de 2017. Pelo texto, gestantes e lactantes, por exemplo, não poderiam trabalhar em local insalubre, como permite a reforma.

Outra mudança era em relação ao trabalhador autônomo, que não poderia ter contrato de exclusividade com uma empresa.

Havia ainda a previsão de uma quarentena de 18 meses antes de alguém que foi demitido poder se tornar empregado intermitente. Já este trabalhador não precisaria pagar multa de 50% caso descumprisse o contrato e não fosse trabalhar quando convocado.

Em nota divulgada na segunda, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), disse que "disputas políticas" atrapalharam a votação da MP da reforma trabalhista.

Editada em novembro do ano passado, a medida era parte de um acordo que o Palácio do Planalto firmou com senadores para aprovar as mudanças na CLT.

Depois de ter sido prorrogada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), a MP expirou sem ter sido ao menos discutida em comissão no Congresso.

Os parlamentares não conseguiram formar uma comissão temporária para debater o tema. A MP chegou a ter mais de 200 emendas apresentadas, mas não foi debatida por falta de acordo.

O governo vinha dizendo nos bastidores que não caberia a ele arrumar uma solução para o vencimento da medida, já que ela era de interesse dos senadores ou de setores de oposição.

Contudo, o Planalto mudou de ideia para evitar que o fim da validade da MP traga insegurança jurídica nas relações de trabalho.

Participantes de audiência afirmam que acidentes de trabalho podem aumentar com a reforma trabalhista

25/04/2018 – Fonte: Senado Notícias

Os acidentes de trabalho matam mais que os conflitos atuais, como as guerras no Iraque e no Afeganistão, ressaltaram o senador Paulo Paim (PT-RS) ao tomar conhecimento dos números apresentados pelo procurador federal do trabalho, Fernando Maciel.

E esse número poderá crescer como consequência da reforma trabalhista, afirmou Fernando. O procurador participou da audiência pública desta terça-feira (24/04) da Comissão de Direitos Humanos (CDH), que tratou dos acidentes de trabalho no Brasil.

Segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT), há uma média de 337 milhões de acidentes de trabalho por ano no mundo. Isso significa 923 mil acidentes/dia, que causam 6.300 mortes por dia. No Brasil, pelos dados de 2016 da Previdência Social, houve 2.265 mortes naquele ano, sem contar os permanentemente incapacitados.

Reforçando as informações, a procuradora do trabalho Juliana Carreiro Corbal Oitavem acrescentou que as mudanças da reforma trabalhista criaram enormes dificuldades para a fiscalização do trabalho. As condições precárias do chamado trabalho intermitente e a permissão para grávidas exercerem trabalhos insalubres são fatores muito negativos, explicou ela.

Os gastos da Previdência Social com auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pensão por morte e auxílio-acidentes-sequelas, chegaram a R\$ 27 bilhões entre 2012 e 2017, segundo estimativa de Fernando Maciel.

O procurador defendeu a necessidade de evitar os acidentes e de cobrar de seus causadores os custos decorrentes. Em 2017, por exemplo, mais de R\$ 17 milhões foram arrecadados com cobranças em ações regressivas contra os causadores de acidentes de trabalho. E parte do que está voltando aos cofres públicos poderá se perder com as novas regras trabalhistas, completou ele.

Francisco Luis Lima, diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), afirmou que 4% de todo o produto interno bruto mundial (PIB Mundial) é perdido em acidentes de trabalho. E estimou que esse custo no Brasil

chegue a R\$ 200 bilhões por ano. Paulo Paim, ao encerrar a audiência, afirmou que para reverter os efeitos negativos causados pela reforma trabalhista, incluindo o crescente número de acidentes e mortes, deve-se aprovar no Congresso um conjunto de leis para formar um estatuto do trabalho.

Artigo: Constituição

25/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Carta Magna propõe sistema que combina liberdades civis com a mitigação da desigualdade



Constituição de 1988; para colunista, a Carta Magna privilegia a produção pelo setor privado por meio dos mercados. - Sergio Lima - 3.out.13/Folhapress

A Constituição de 1988 incorpora o ideal de uma sociedade civilizada. No seu artigo 3º afirma que: "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Em síntese, ela propõe um sistema que combina amplas liberdades civis com a mitigação da desigualdade de qualquer natureza.

Define, com clareza, as suas condições iniciais: a saúde e a educação universais, financiadas com os recursos de impostos gerais, porque são direitos sociais que tornam possível a construção da igualdade de oportunidades. Estão longe, portanto, de serem "gratuitas", como insistem alguns de seus detratores.

Como é evidente, a plena liberdade e a relativa igualdade só podem ser usufruídas pelos cidadãos se eles dispuserem de uma sobrevivência material aceitável, isto é, um aumento da quantidade de bens e serviços postos à sua disposição. Em outras palavras, da produtividade média desses mesmos cidadãos!

De que depende o aumento dessa produtividade? Da inteligência, da capacidade de imaginação e da inventividade do homem.

Pequenos grupos nômades no passado remoto, descobriram, por exemplo, que era possível colher os frutos mais altos de uma árvore com a ajuda de uma escada (um bem de produção) que multiplicava sua produtividade.

A história mostra que o aumento da produtividade do trabalho (ao qual se dá o nome de "desenvolvimento econômico") depende, basicamente, da quantidade e qualidade dos bens de produção postos à disposição de cada trabalhador com conhecimento e disposição para operá-lo.

Aos novos bens de produção que incorporam novas tecnologias (e imaginação!) chama-se investimento. Logo, para crescer (aumentar a produtividade do trabalho), a

sociedade tem que harmonizar o que pretende consumir com o que precisa investir para aumentar o seu estoque de bens de produção.

O que dispõe a mesma Constituição sobre a organização econômica para garantir tal eficiência produtiva?

Está no artigo 173: "Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei".

Ela privilegia, portanto, a produção pelo setor privado por meio dos mercados.

Antonio Delfim Netto - Economista, é ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), ex-deputado federal e professor.

Reoneração está sem perspectiva para votar, diz Orlando Silva

25/04/2018 – Fonte: Isto É

O líder do PCdoB na Câmara, deputado Orlando Silva (SP), afirmou nesta terça-feira, 24, que não há perspectiva para votação do projeto da reoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia.

Ele disse ter pedido reunião com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, para tratar do assunto. O encontro deve acontecer até a próxima quinta-feira.

Silva ressaltou que partidos da oposição vão obstruir a votação do projeto que altera as regras do cadastro positivo. Segundo ele, há divergência em relação ao mérito proposta, que também enfrenta resistência de legendas da base entre elas, o PRB. Para Silva, o projeto trata de um tema "delicado" e "complexo" e, por isso, deve ser analisado com calma.

"O presidente da Câmara quer votar o cadastro positivo. Mas não temos acordo para priorizar, porque há uma divergência de mérito", afirmou Silva em rápida entrevista após deixar a residência oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Segundo ele, a oposição propôs votar "três ou quatro" Medidas Provisórias (MP).

"O entendimento nosso é pautar algumas MPs para que a semana não seja improdutiva como aconteceu nas últimas semanas.", declarou o líder do PCdoB, que é um dos principais aliados de Maia na oposição.

"Faremos obstrução, exceto se houver entendimento sobre a pauta da Casa", emendou.

Temer se reúne com setor automotivo para tratar do Rota 2030

25/04/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro



O presidente Michel Temer recebe na manhã desta terça-feira, 24, no Palácio do Planalto, representantes de associações ligadas ao setor automotivo, que tentam convencer o governo a aprovar o Rota 2030, novo regime automotivo que terá duração

de 15 anos. De acordo com a lista divulgada pela Secretaria de Comunicação da Presidência, estão na reunião: Antonio Megale, Presidente da Anfavea; Aurélio Santana, Diretor Executivo da Anfavea; Alarico Assumpção Júnior, Presidente da Fenabrave; Dan Ioschpe, Presidente do Sindipeças; José Luiz Gandini, Presidente da Abeifa; Dino Arrigoni, Vice -Presidente da Abeifa; Edison Ruy, Diretor Financeiro da Abeifa.

Os ministros Eduardo Guardia (Fazenda), Eliseu Padilha (Casa Civil) e Marcos Jorge de Lima (Indústria, Comércio Exterior e Serviços) também participam da reunião, que conta ainda com a presença de Jorge Rachid, secretário da Receita Federal, do deputado Herculano Passos (PSD/SP), que é presidente da Frente Parlamentar – Mista em Defesa da Distribuição de Veículos Automotores e da Mobilidade.

Previsto para entrar em vigor em janeiro, o programa Rota 2030 segue pendente em razão da falta de consenso entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) – favorável ao projeto – e a Fazenda – contrária a incentivos às montadoras.

Na segunda-feira, o presidente fez uma reunião preparatória com os ministros para discutir o programa e mesmo sem ter chegado a uma solução decidiu receber hoje os empresários.

Agenda.

Após a reunião, o presidente fará um encontro com os líderes da Base Aliada no Senado Federal. Na semana passada, Temer fez uma reunião similar com os líderes da Câmara. O objetivo do governo é traçar prioridades na agenda legislativa.

Apesar disso, neste encontro deve ser discutido também o decreto que o governo fará para substituir a Medida Provisória da Reforma Trabalhista, que venceu na segunda.

Na agenda presidencial, até o momento, há ainda um encontro, às 13 horas, com o deputado Jovair Arantes (PTB/GO), líder da Bancada do PTB, e com o deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP), vice-líder do PTB.

Às 16 horas, Temer recebe o deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) e às 17 horas, o presidente te uma reunião com Mário Limberger, presidente da Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas – FENATA e técnicos agrícolas.

Apesar de ainda não constar na agenda oficial, o presidente fará nesta terça à noite, no Palácio da Alvorada, uma reunião com presidentes de diretórios do MDB. Na semana passada, Temer já participou de um jantar com os emedebistas.

No encontro desta terça, o ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que tenta se viabilizar como candidato do partido à Presidência, já confirmou presença.

Fazenda vence disputa e restringe o Rota 2030

25/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo



O Ministério da Fazenda venceu a queda de braço com o Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) e conseguiu limitar os benefícios tributários previstos no Rota 2030, o novo programa de incentivos ao setor automotivo.

Empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento terão direito a créditos tributários, mas poderão utilizá-los só no pagamento de IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

O incentivo está sendo classificado como uma "Lei do Bem turbinada", porque as empresas terão 15 anos para utilizar o crédito, que é a duração total do Rota 2030, no qual estão previstos três ciclos de incentivos de cinco anos cada um. Hoje, as companhias contempladas pela "Lei do Bem", que inclui outros setores como bens de informática, dispõem de apenas um ano para abater os créditos.

O Mdic defendia que o uso desses créditos fosse mais amplo, permitindo o abatimento em outros tipos de imposto até o valor total de R\$ 1,5 bilhão, mas não conseguiu vencer a resistência da Fazenda.

Os técnicos da Fazenda ponderaram que essa parte do programa era similar à do Inovar-Auto, concebido no governo Dilma Rousseff e que já havia sido condenado pela OMC (Organização Mundial do Comércio).

A decisão de equiparar os benefícios das montadoras àqueles já oferecidos a outros setores pela "Lei do Bem" foi comunicada aos representantes da indústria automotiva nesta terça-feira (24), no Palácio do Planalto, em reunião que contou com a presença do presidente Michel Temer, do ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e do chefe da Receita Federal, Jorge Rachid.

Inicialmente estava prevista a presença de todos os presidentes das montadoras na reunião, que serviria para anunciar o Rota 2030, mas, como persistiam divergências, o cerimonial do Planalto cancelou o evento na segunda (23) à noite. Convidou só os presidentes das entidades de classe: Anfavea (que reúne as montadoras), Sindipeças (fabricantes de autopeças), Abeiva (importadores de veículos) e Fenabrave (distribuidores de veículos).

Segundo fontes ligadas às associações presentes na reunião, o ministro da Fazenda estava irredutível e fez uma defesa enérgica sobre a necessidade de o governo limitar os benefícios fiscais. Os gastos da União com subsídios atualmente somam quase R\$ 400 bilhões.

O encontro durou uma hora e terminou com Temer dizendo que, caso os ministérios aparem todas as arestas com o setor, poderá assinar o Rota 2030 entre esta e a próxima semana. Os representantes das montadoras não estão satisfeitos com a decisão do Planalto de apoiar a Fazenda e preferiam a proposta apresentada pelo Mdic.

Para o presidente da Anfavea, Antonio Megale, o nó do acordo está na forma como o benefício será concedido. "O mecanismo da Lei do Bem presume que as empresas estejam lucrando e pagando IR, mas, como boa parte das montadoras está com prejuízos acumulados nos últimos anos, a aplicação do mecanismo fica prejudicada", disse aos jornalistas após a reunião.

Sob o compromisso de se manter no anonimato para não se indispor com o governo, outros executivos do setor foram mais duros nas críticas ao Planalto. Para essas fontes, as empresas já se comprometem com o investimento em pesquisa e tecnologia assim que ingressam no Rota 2030, o que reduz o caixa num momento de crise, mas só poderão ter os créditos ao longo do tempo e se tiverem lucro.

Para tentar resolver essa reclamação do setor, Fazenda e Indústria ainda estão definindo um último ponto, o que deve ocorrer até sexta-feira (27): baixar o nível de investimento inicial em pesquisa e tecnologia exigido pelo Rota 2030. Pelo projeto original, as montadoras teriam de investir 1,2% de seu faturamento por ano para aderir ao programa.

A ideia agora é baixar esse índice por um prazo de três anos, que é o período em que as empresas ainda esperam ter prejuízos e que, portanto, não conseguiriam abater os créditos tributários. Ainda não está definido qual seria o novo percentual. De acordo com técnicos envolvidos nas negociações, outras exigências, como metas de eficiência energética e segurança veicular, serão mantidas.

O Rota 2030 vem sendo motivo de divergência entre Fazenda e Mdic desde o ano passado. O programa deveria ter entrado em vigor no fim de 2017, para substituir o Inovar-Auto, que expirou em dezembro e foi condenado pela OMC por ser considerado protecionista. Nos cinco anos de vigência do Inovar-Auto, o governo deixou de arrecadar R\$ 7,5 bilhões.

Desde que o programa terminou, as montadoras vêm reclamando que a falta de incentivos pode comprometer seus investimentos no Brasil.

Incentivo às montadoras

Ministério da Fazenda ganha queda de braço com Mdic (Ministério da Indústria) sobre Rota 2030

CRÉDITO

Proposta da Fazenda

Investimento em inovação gera créditos tributários, mas eles só podem ser utilizados para abater o pagamento do IRPJ e da CSLL

Proposta do Mdic

Investimento em inovação gera créditos tributários, que podem ser utilizados no pagamento de qualquer imposto

UTILIZAÇÃO

Proposta da Fazenda

Não há prazo para utilização desses créditos

Proposta do Mdic

Desoneração poderia chegar até o limite de R\$ 1,5 bilhão

Governo e montadoras entram em consenso sobre Rota 2030

25/04/2018 – Fonte: Exame

Diversos detalhes foram acertados nesta terça-feira para a nova política industrial para o setor automotivo

O governo finalmente deve editar nos próximos dias uma Medida Provisória (MP) regulando a nova política industrial para o setor automotivo, batizada de Rota 2030.

O desenho básico, com vários detalhes ainda a serem negociados, foi fechado nessa terça-feira, 24, após meses de embate entre os ministérios da Fazenda e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

O conflito exigiu a mediação do presidente Michel Temer, que nessa terça-feira recebeu em Brasília os presidentes das associações de montadoras, autopeças, revendedoras e importadoras para falar do novo programa.

Chegou-se a uma fórmula "híbrida" de conciliação entre as duas pastas e as montadoras. Temer pretende anunciar o programa até o dia 5 de maio. O Rota 2030 terá validade por 15 anos e substitui o Inovar-Auto, que vigorou por cinco anos e terminou em dezembro.

O principal embate entre as duas pastas era se as montadoras teriam incentivos tributários para estimular investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). No programa anterior o governo deu incentivos de R\$ 7,5 bilhões para inovação, e as montadoras afirmam que investiram R\$ 25 bilhões.

O Mdic defendia novo subsídio, a Fazenda questionava – por causa de cortes no orçamento – e as montadoras ameaçavam reduzir investimentos.

Segundo fontes que participam das discussões, ficou definido nessa terça-feira que haverá incentivo anual de cerca de R\$ 1,5 bilhão, embora neste ano o valor será inferior. O crédito será descontado por meio de uma fórmula que segue a Lei do Bem, como queria a Fazenda, por meio de abatimentos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Mas a Lei do Bem foi “turbinada” com modificações que favorecem as empresas e atendem ao Mdic, que temia que o setor automotivo, hoje responsável por 22% do PIB industrial do País, perdesse sua importância ao não desenvolver tecnologia local.

Elétricos

O Rota terá também regras de eficiência energética e etiquetagem que já estavam em negociação com o setor. Carros elétricos e híbridos terão o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzido para incentivar as vendas e, futuramente, a produção local.

Segundo uma fonte, será concluída também a análise do pleito das montadoras “premium” (Audi, BMW, Land Rover e Mercedes-Benz), que reclamavam créditos tributários de R\$ 300 milhões que não conseguem usar. Após análise da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Receita Federal, ficou acertado que poderão usá-los no prazo de cinco anos.

“Estamos realmente na fase final de ajustes e nós devemos ter esses ajustes feitos ainda durante a semana, na expectativa que o programa seja anunciado muito em breve”, disse o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale, após encontro com Temer e também com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que chegou dos Estados Unidos às 4h e participou da reunião.

“Precisamos apenas ver os últimos detalhes quanto aos mecanismos, mas houve uma convergência na forma de ser oferecido esse apoio de pesquisa e desenvolvimento”, destacou Megale, ressaltando que o Rota é muito importante para o País, porque “traz a previsibilidade para o setor automotivo”.

Crédito

A empresa terá crédito a ser abatido do investimento feito em pesquisa e desenvolvimento (P&D). O modelo será similar ao da Lei do Bem, mas com alterações. Por exemplo, essa lei permite abater 60% do valor aplicado. Proposta a ser avaliada hoje é de que o multiplicador vá a 160%. Ou seja, se empresa gastou R\$ 100, poderá abater R\$ 160 do IR ou do CSLL

Prazo

Como as montadoras alegam que nos últimos anos não estão pagando IR porque não registraram lucro, o abatimento não precisará ser feito no mesmo ano do gasto, mas em período maior a ser definido, provavelmente em três a cinco anos.

Investimento

Será definido valor mínimo a ser investido anualmente pela empresa em P&D. Uma proposta é de 1,2% da receita operacional bruta.

Elétricos e híbridos

Carro com motor elétrico de pequeno porte deve ter o IPI reduzido de 25% para 7% (igual ao de carros com motor 1.0). Modelo com motor elétrico maior pode ter imposto maior, mas isso deve ser definido hoje, assim como a tributação para carros híbridos (com motor a combustão e elétrico) que recolhem cerca de 13% de IPI. Os dois já são isentos do Imposto de Importação, de 35%.

Inovação

Programa também terá metas para redução de emissões e itens de segurança nos veículos.

Rota 2030 está sendo finalizado e será apresentado em maio, diz Anfavea

25/04/2018 – Fonte: Isto É

Após reunião com o presidente da República, Michel Temer, e com ministros, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale, disse que o programa Rota 2030 está sendo finalizado e será apresentado no mês que vem.

“Estamos realmente na fase final de ajustes, nós devemos ter esses ajustes feitos ainda durante a semana, na expectativa que o programa seja anunciado muito em breve”, disse, no Palácio do Planalto.

Megale, que chegou a ameaçar no mês passado que havia o risco de as montadoras diminuïrem investimentos caso não haja incentivos fiscais para Pesquisa e Desenvolvimento, se mostrou otimista e citou que Temer afirmou que o momento é bom.

“Como o próprio presidente da República diz, o céu está ficando azul então nós temos condições de que em breve, no curto prazo, esse programa seja implementado. Temos a expectativa que isso acontece ainda no mês de maio”, completou.

Ao ser questionado se as divergências entre o Ministério da Fazenda e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços teriam sido solucionadas, Megale afirmou que “estamos quase lá”.

“Foi praticamente solucionado, nós chegamos a uma grande convergência, precisamos apenas ver os últimos detalhes quanto aos mecanismos, mas houve uma convergência na forma de ser oferecido esse apoio de pesquisa e desenvolvimento”, destacou, ressaltando que o programa é muito importante para o país, porque “traz a previsibilidade para o setor automotivo”.

O Ministério da Fazenda se posicionou contra a proposta defendida pelas empresas e pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), de um estímulo anual de R\$ 1,5 bilhão. O anúncio do Rota 2030 deveria ter ocorrido no fim do ano passado, quando o Inovar-Auto, antigo programa para o setor, acabou, mas foi continuamente adiado.

No meio de março, o MDIC apresentou nova proposta às montadoras, que não foi bem recebida pelas empresas, uma vez que os incentivos fiscais foram reduzidos de R\$ 1,5 bilhão por ano na proposta anterior para R\$ 1 bilhão. Em troca, as montadoras teriam de investir 3,3 vezes mais em pesquisa e desenvolvimento.

Megale não quis dizer qual o valor que está sendo trabalhado hoje, mas confirmou que os incentivos devem ficar abaixo dos R\$ 1,5 bilhão que a indústria pleiteava.

“O valor é difícil a gente precisar, porque a gente precisa ter o formato final bem definido”, disse. Segundo ele, o valor de R\$1,5 bilhão era uma “expectativa de teto”.

“O que acontece é que a aplicação de mecanismos, tipo da Lei do Bem, eles têm que ser avaliados, porque o mecanismo da lei do Bem presume que as empresas estejam fazendo lucro, ou seja, estejam pagando imposto de renda. Como ainda boa parte das empresas ainda está com prejuïzos acumulados nesses últimos anos, a aplicação do mecanismo fica um pouco prejudicada, mas esses detalhes também estão sendo ajustados”, explicou.

Ele destacou que o fato de o setor automotivo ter ciclos de investimento de longo prazo e reforçou que a previsibilidade é crucial para os investimentos.

“Investimento em pesquisa e desenvolvimento no Brasil é absolutamente fundamental para a gente reter no Brasil conhecimento nessa área e principalmente na parte de tecnologias de combustíveis, que o país hoje é líder mundial nesse tipo de tecnologia”, exemplificou.

O presidente da Anfavea disse que nesses ajustes finais está justamente a forma que o governo vai fazer a devolução do que foi investido. “Os ministérios estão conversando e o setor privado naturalmente vai trazer suas considerações sobre isso”, disse.

Senado aprova projeto sobre novo marco legal para o Sistema Nacional de Emprego

25/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O plenário do Senado aprovou, nesta terça-feira, 24, projeto que estabelece um novo marco legal para o Sistema Nacional de Emprego (Sine). O projeto de lei é de autoria da Câmara dos Deputados e segue agora para sanção presidencial.

O texto propõe que o Sine deve ser gerido, executado e financiado conjuntamente pelo Ministério do Trabalho e por órgãos específicos integrados à estrutura administrativa das esferas de governo que dele participem.

À União caberia, dentre outras competências, a coordenação nacional, a concessão dos benefícios seguro-desemprego e abono salarial, a identificação do trabalhador e a coordenação da certificação profissional.

Em caráter complementar, a União poderá, segundo a proposta, executar as ações e os serviços do sistema que competirem aos outros entes federativos. Já os Estados, em caráter complementar, poderão executar as ações e os serviços do sistema que competirem aos municípios.

Segundo o texto, as diretrizes que devem pautar a filosofia do órgão devem ter ênfase na otimização do acesso ao trabalho, em sistemas de educação e de qualificação profissional e tecnológica e no compartilhamento da gestão, do financiamento e de recursos técnicos entres as esferas de governo que o integrem.

Quando passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o projeto ganhou uma emenda de redação para explicitar que não há criação de nova despesa ao erário.

Previdência puxou despesa primária nos últimos 30 anos

25/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

As despesas com a Previdência foram a força motriz do crescimento da despesa primária brasileira nas três últimas décadas, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) realizado com exclusividade a pedido do *Estadão/Broadcast*.

Sem os benefícios previdenciários, a despesa primária estaria atualmente em 10,6% do Produto Interno Bruto (PIB) potencial, mesmo nível de 1987, antes da Constituição Federal de 1988, quando estava em 10,4%.

Se contabilizada a despesa primária como um todo, incluindo os gastos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a proporção em relação ao PIB potencial saltou de 12,9% em 1987 para 18,1% em 2016. Esse foi o último ano com dados compilados.

O PIB potencial é a capacidade máxima de crescimento da atividade econômica sem gerar desequilíbrio.

Os cálculos são do pesquisador da área de Economia Aplicada do Ibre/FGV Manoel Pires. Ele é coordenador do Observatório de Política Fiscal, portal que será lançado hoje pelo Ibre/FGV com estatísticas públicas, séries históricas e análises de temas relacionados a finanças públicas.

“Como passamos por uma recessão nos últimos dois anos, é mais justo olhar os números em relação ao PIB potencial, porque, à medida que o PIB volte a crescer, essa razão tende a cair um pouco.

Não faz muita diferença olhar numa janela de décadas, mas num ponto especificamente pode prejudicar um pouco a comparação”, justificou Pires. No período de 30 anos, a despesa como proporção do PIB potencial cresceu 5,2 pontos percentuais. Retirado o gasto com Previdência, a elevação foi de apenas 0,2 ponto percentual.

“A Previdência é a força motriz desse aumento do gasto. Controlar o gasto passa por controlar a Previdência”, defendeu. “Passamos por um ajuste fiscal profundo no final dos anos 80 e início dos anos 90, de certa forma isso dá um mapa de como esse reequilíbrio fiscal pode ser feito. Na série, você tem um corte expressivo de subsídios. Isso está acontecendo agora. Você tem controle de pessoal, o gasto com pessoal cai temporariamente, também ajuda, é um caminho que se está tentando seguir”, explicou.

A despesa com benefícios previdenciários como proporção do PIB potencial triplicou nas últimas três décadas. Os gastos com Previdência saem de 2,5% do PIB potencial em 1987 para 7,6% em 2016.

“Isso tem muito a ver com critérios de acesso que foram criados na Constituição de 88 e com a política de valorização do salário mínimo, a política de reajustes reais de salário mínimo que começou a partir de 1995. De certa forma, controlar o salário mínimo já significa uma minirreforma da Previdência”, opinou Pires.

Real é a 3ª moeda que mais perdeu valor

25/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O real é a terceira moeda que mais se desvalorizou em relação ao dólar em abril, em uma lista de 47 moedas com cotações à vista ranqueadas pelo “*Estadão/Broadcast*”. A expectativa de um novo aperto nos juros nos EUA também tem pressionado outras moedas, mas no Brasil, esse movimento é acentuado diante das incertezas eleitorais. A moeda americana fechou nessa terça-feira, 24 em alta de 0,61%, a R\$ 3,4706.

Grandes bancos, como BofA Merrill Lynch e o Itaú Unibanco, reconhecem que há aumento das incertezas eleitorais. O desempenho do real só não foi pior que o bolívar venezuelano, que derrete com a crise humanitária, e o rublo russo, que sofre com a incerteza geopolítica.

Abril tem sido ruim para a maior parte das moedas do mundo. A expectativa de que os juros americanos subam mais rapidamente que o esperado é o motor comum para a desvalorização de 33 moedas em todo o mundo neste mês.

Isso reforça a perspectiva de migração de dinheiro de todo o planeta rumo aos EUA para se aproveitar dos juros, o que enfraquece as demais moedas.

“Ao longo do ano passado, também foi caindo a diferença entre os juros americanos e a Selic, a taxa básica de juros do Brasil”, diz Julia Gottlieb, do Itaú Unibanco. “Essa diferença está na mínima histórica, o que pode impactar no real.”

O cenário externo, porém, é apenas uma parte da explicação. Problemas domésticos castigam algumas divisas mais fortemente e o Brasil está nessa onda. Em abril, o dólar ficou 5,2% mais caro na comparação com o real brasileiro. Essa perda de valor levou a moeda norte-americana a um patamar não visto desde o fim de 2016.

Outubro incerto

A eleição parece ser o grande risco no curto e médio prazo para o Brasil. Uma pesquisa do BofA Merrill Lynch enviada aos clientes na semana passada mostra que 45% dos entrevistados dizem que as eleições são o maior risco para os mercados da América Latina. Neste ano, as duas maiores economias da região – Brasil e México – irão às urnas.

Sobre a disputa no Brasil, há deterioração das percepções. Em março, a maioria dos entrevistados (56%) apostava que a chance de vitória de um presidente de agenda reformista de centro-direita estava entre 51% e 70%. Em abril, essa avaliação caiu para menos da maioria e 42% deram essa resposta.

Ao mesmo tempo, o percentual dos que atribuem chance não majoritária, entre 31% e 50%, de vitória de um reformista cresceu de 30% em março para o mesmo patamar de 42%.

Para o BofA Merrill Lynch, os investidores ainda parecem “razoavelmente positivos” sobre a vitória de um reformista. “Cerca de metade diz que há mais de 50% de chance de um candidato de centro-direita vencer e percentual similar diz que a reforma da Previdência será aprovada em 2019”, cita a pesquisa.

A incerteza eleitoral é destacada pelos economistas do Itaú Unibanco. Ao citar a mais recente pesquisa do instituto Datafolha, o maior banco privado brasileiro diz em relatório que “as eleições permanecem sem um claro favorito”. Ao lembrar que indicadores econômicos domésticos têm tropeçado, o banco diz que “as incertezas estão maiores” para o Brasil.

Confiança do comércio cai 0,1 ponto em abril ante março, afirma FGV

25/04/2018 – Fonte: Isto É

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) teve ligeira queda de 0,1 ponto na passagem de março para abril, para 96,7 pontos, informou nesta quarta-feira, 25, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O resultado representa o primeiro recuo após sete meses seguidos de crescimentos. Em médias móveis trimestrais, o indicador aumentou 0,5 ponto, o oitavo avanço consecutivo.

“Depois de um período de alta consistente da confiança do comércio, a acomodação de abril parece refletir a incerteza em relação ao ritmo futuro da economia”, avaliou Rodolpho Tobler, coordenador da Sondagem do Comércio no Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Em abril, houve melhora em sete dos 13 segmentos pesquisados. O Índice de Situação Atual (ISA-COM) avançou 0,6 ponto, para 94,1 pontos, o maior patamar desde junho de 2014. Já o Índice de Expectativas (IE-COM) caiu 0,8 ponto, para 99,4 pontos. Como consequência, a diferença entre o ISA e o IE diminuiu para 5,3 pontos, a menor desde julho de 2015.

“A patinada das expectativas sugere que os empresários do comércio estão cautelosos em relação aos próximos meses, enquanto a quarta alta consecutiva do Índice de

Situação Atual reforça a percepção de que a fase de recuperação das vendas persiste”, completou Tobler.

A coleta de dados para a edição de abril da Sondagem do Comércio foi realizada entre os dias 2 e 20 do mês e obteve informações de 1.131 empresas.

Aneel mantém valores propostos para sistema de bandeiras tarifárias

25/04/2018 – Fonte: Exame

O sistema de bandeiras tarifárias é uma forma diferente de cobrança na conta de luz. O modelo reflete os custos variáveis da geração de energia



Conta de luz: bandeira verde vai continuar da forma como está, sem taxa extra. Na bandeira amarela, a taxa extra é de R\$ 1,00 a cada 100 quilowatt-hora consumidos (Marcos Santos/USP Imagens/Reprodução)

Brasília – A Agência Nacional de Energia Elétrica ([Aneel](#)) manteve as mudanças propostas no fim do ano passado para o sistema de bandeiras tarifárias. As alterações já estavam em vigor desde o mês de novembro, quando o sistema passou a levar em conta o armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas. Até então, apenas o preço da energia no mercado era considerado.

Os valores propostos inicialmente pela Aneel foram confirmados. A bandeira verde vai continuar da forma como está, sem taxa extra. Na bandeira amarela, a taxa extra é de R\$ 1,00 a cada 100 quilowatt-hora consumidos (kWh).

No primeiro patamar da bandeira vermelha, o adicional é de R\$ 3,00 a cada 100 kWh. E no segundo patamar da bandeira vermelha, a cobrança é de R\$ 5,00 a cada 100 kWh.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse que vai apresentar um pedido de reexame contra a auditoria do Tribunal de Contas da União ([TCU](#)) que apontou falhas no sistema de bandeiras. No relatório, o TCU avaliou que o sistema não tem sido eficiente ao alertar o consumidor a reagir e reduzir seu consumo de energia.

“Temos uma visão diferente. Acreditamos que o sistema sinaliza sim, mas não temos como controlar a reação do consumidor”, afirmou Rufino. “Tem certas questões que são méritos regulatórios, são competência da Aneel. Não acho que o tribunal de contas deva adentrar em algumas questões que dizem respeito a regras que afetam a agência reguladora.”

O modelo anterior das bandeiras tarifárias era muito influenciado pelas chuvas que ocorrem na última semana do mês, o que levava a equívocos. O sistema de bandeiras tarifárias vai continuar a ser revisto anualmente. Porém, a partir de 2019, essa reavaliação será realizada após o período de chuvas, entre abril e maio, e não mais no mês de dezembro.

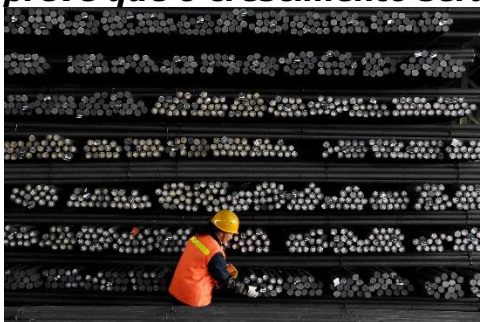
A bandeira tarifária do mês de maio será divulgada na próxima sexta-feira, dia 27 de abril. O sistema de bandeiras tarifárias é uma forma diferente de cobrança na conta de luz.

O modelo reflete os custos variáveis da geração de energia. Antes, esse custo era repassado às tarifas uma vez por ano e tinha a incidência da taxa básica de juros, a Selic. Agora, esse custo é cobrado mensalmente e permite ao consumidor adaptar seu consumo e evitar sustos na conta de luz.

IABr revisa para cima projeção de produção de aço em 2018

25/04/2018 – Fonte: Exame

O volume estimado para as vendas internas também foi revisado. Agora se prevê que o crescimento será de 6,6% para 18,012 milhões de toneladas



Aço: para as exportações, a nova projeção é de uma alta de 10,7% (Patty Chen/Reuters)

São Paulo – A produção brasileira de aço bruto deverá subir 8,6% neste ano, para um volume de 37,315 milhões de toneladas, segundo projeção divulgada nesta terça-feira, 25, pelo Instituto Aço Brasil (IABr).

A entidade revisou a estimativa anterior, divulgada em novembro do ano passado, que apontava para um aumento de 8% neste ano em relação ao ano passado.

O volume estimado para as vendas internas também foi revisado. Agora se prevê que o crescimento será de 6,6% para 18,012 milhões de toneladas, ante uma previsão de 4,1%.

O consumo aparente (produção adicionada das importações e subtraída das exportações), por sua vez, deverá subir 6,9% neste ano em relação ao ano anterior, para 20,501 milhões de toneladas. A expectativa anterior apontava para um aumento de 4,9%.

Para as exportações de aço, a nova projeção é de uma alta de 10,7%, para um volume de 16,987 milhões de toneladas neste ano.

Segundo o IABr, essas previsões dependem, contudo, das negociações que estão em curso com os Estados Unidos, assim como o acordo Mercosul União Europeia.

O nível de ocupação da capacidade da indústria do aço no Brasil está hoje em 69%, patamar que pode cair, segundo a entidade, caso as negociações com os EUA não avancem positivamente.

No primeiro trimestre deste ano, as vendas internas chegaram em 4,4 milhões de toneladas de aço, alta de 11,4% na comparação com os três primeiros meses do ano anterior.

Já o consumo aparente atingiu 4,9 milhões de toneladas, expansão de 8,3% em relação ao mesmo período do ano passado. A produção brasileira de aço alcançou 8,6 milhões de toneladas, alta de 4,9%.

“Existe uma recuperação, mas ainda está muito aquém do pico de 2013. Esse nível deverá ser observado novamente apenas em 2028”, destacou o presidente do Conselho Diretor do IABr, Alexandre Lyra.

Moreira assina decreto que atualiza Código de Mineração

25/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, assinou nessa terça-feira, 24, o decreto que atualiza o Código de Mineração. O documento foi enviado à Casa Civil e passará pela análise dos técnicos da pasta. Hoje, Moreira Franco deve enviar o decreto que regulamenta a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), que já movimentou parlamentares e partidos para a indicação dos novos diretores.

Após o Congresso ter deixado caducar a medida provisória (MP) que alterava a legislação do setor, no ano passado, o governo optou agora por um decreto, que reduz o alcance das mudanças, mas permite que algumas ocorram após mais de 50 anos.

“O atual código para em pé, tem consistência jurídica e regulatória, mas envelheceu. Agora, ele será revigorado, com uma legislação moderna para regular o setor”, disse o secretário de Mineração do Ministério de Minas e Energia, Vicente Lôbo.

Uma das principais novidades do decreto é a previsão expressa de responsabilização do minerador pela recuperação de áreas degradadas. As empresas serão obrigadas a executar planos de fechamento de minas e a seguir a política nacional de segurança de barragens.

O decreto atualiza conceitos compatíveis com a legislação internacional, o que vai permitir que os mineradores possam usar o título minerário como garantia para financiamentos.

Não será possível, porém, ajustar as multas aplicadas pelo ministério aos mineradores que descumprirem a legislação. A MP que caducou estabelecia como multa máxima o valor de R\$ 30 milhões. Mas o teto atual, de cerca de R\$ 3.000, será mantido, pois não é possível alterá-lo por decreto.

“Temos que avançar de acordo com o tempo e fazer aquilo que é possível”, disse o secretário. “Mas o código põe um ponto final na indefinição jurídica, que é tudo que o investidor quer.”

Agência

Criada por meio de medida provisória já convertida em lei, a Agência Nacional de Mineração ainda precisa aguardar a publicação do decreto para que possa ser efetivamente instalada.

A agência terá um diretor-geral e quatro diretores, com mandato de quatro anos. A despeito das movimentações políticas, principalmente de deputados das bancadas de Minas Gerais e Pará, como mostrou o *Estado* nesta semana, o secretário frisou que o órgão regulador será composto por técnicos.

Cobre opera estável em Londres e sobe levemente em NY

25/04/2018 – Fonte: Isto É

Por volta das 6h30 (de Brasília), o cobre para três meses negociado na London Metal Exchange (LME) se mantinha em US\$ 6.987,50 por tonelada, no mesmo nível do fim da tarde de ontem.

Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre para entrega em maio tinha alta marginal de 0,11%, a US\$ 3,1455 por libra-peso, às 8h02 (de Brasília).

Mais cedo, a Antofagasta divulgou queda anual de 10,5% na produção de cobre do primeiro trimestre, a 153,8 mil toneladas, mas reiterou sua projeção de produção para 2018 em uma faixa de 705 mil a 740 mil toneladas. O resultado trimestral da Antofagasta veio abaixo da expectativa de analistas da Berenberg e Peel Hunt.

O alumínio, que mostrou forte volatilidade nas últimas semanas, também operava estável na LME no horário indicado acima, a US\$ 2.213,50 por tonelada.

Na segunda-feira (23), os EUA aliviaram sua postura em relação a sanções impostas à mineradora russa Rusal, segundo maior produtor mundial de alumínio.

Siderúrgicas brasileiras elevam projeções de venda e produção em 2018

25/04/2018 – Fonte: Exame

Setor espera elevação de 8,6% na produção de aço bruto neste ano e de 6,6% nas vendas no mercado interno



Aço: indústria siderúrgica produziu 8,645 milhões de toneladas no primeiro trimestre, alta de 4,9% na comparação anual (Stringer/Reuters)

A indústria siderúrgica brasileira espera alta de 8,6 por cento na produção de aço bruto em 2018, a 37,3 milhões de toneladas, afirmou nesta terça-feira a associação que representa o setor, IABr.

A projeção representa uma melhoria ante estimativa anterior divulgada em novembro, que previa expansão de 8 por cento para a produção neste ano. A previsão para as vendas no mercado interno este ano é de crescimento de 6,6 por cento, para 18 milhões de toneladas, anteexpectativa anterior de crescimento de 4,1 por cento. A entidade também avalia que o consumo aparente de aço no Brasil este ano deve subir 6,9 por cento neste ano, para 20,5 milhões de toneladas.

No primeiro trimestre, o setor produziu 8,645 milhões de toneladas, alta de 4,9 por cento sobre o volume de um ano antes. As vendas no mercado interno somaram 4,414 milhões de toneladas no período, crescimento de 11,4 por cento.

Preços de matérias-primas vão aumentar este ano, diz Banco Mundial

25/04/2018 – Fonte: Exame

Aceleração do crescimento mundial, alta da demanda e tensões geopolíticas estimulam aumento de valores, segundo a instituição

Os preços das matérias-primas aumentarão este ano, impulsionados pela demanda, pelos riscos geopolíticos e pela possível aplicação de tarifas aduaneiras, afirmou um relatório do Banco Mundial (BM) divulgado nesta terça-feira (24).

O barril de petróleo deveria chegar a uma média de 65 dólares neste ano, contra 53 dólares em 2017.

Os preços do conjunto das matérias-primas energéticas (petróleo, gás natural e carvão) devem aumentar 20% em 2018, diz o informe que revisa em forte alta suas projeções de outubro.

O índice de preços dos metais avançaria 9%, estimulado pelo alumínio e pelo níquel. "A aceleração do crescimento mundial e a alta da demanda são fatores importantes que explicam essas previsões em alta para a maioria das matérias-primas", disse Shantayanan Devaraja, economista-chefe do BM em um comunicado.



O relatório é prudente acerca do petróleo, considerando os crescentes riscos geopolíticos – como a situação da Síria e do Irã – e o estado cada vez pior da economia da Venezuela.

Por outro lado, os choques comerciais entre China e Estados Unidos, as maiores economias do mundo, "já pesam nos metais", diz o documento.

Os preços das matérias-primas agrícolas devem aumentar modestos 2% neste ano, de acordo com o BM.

Após tarifas dos EUA, indústria de aço brasileira pressiona governo por mais proteção

25/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Isenção temporária a tarifas americanas vence na segunda (30), ainda sem acordo com EUA



Produção de aço na Usiminas em Ipatinga (MG) - Alexandre Mota-17.abr.2018 / Reuters

A menos de uma semana do fim da isenção temporária que as siderúrgicas brasileiras conseguiram às tarifas impostas pelos EUA, a indústria não investe apenas na negociação fora do país, mas também pressiona o governo para também criar mais barreiras de proteção e regras de conteúdo local.

A demanda não é nova, mas se tornou mais urgente em meio à escalada de medidas de proteção globais após o anúncio de que os Estados Unidos cobrariam 25% das

importações, segundo o Instituto Aço Brasil, associação de empresas brasileiras do segmento.

“Parece que estamos indo na contramão. Americanos e europeus estão fechando seus mercados, e aqui [o ministério da] Fazenda falando que quer abrir mercado, que processo anti-dumping afeta competitividade”, afirma Alexandre Lyra, presidente da Vallourec e do conselho da entidade setorial.

A pauta provavelmente será trabalhada com o próximo governo, já que este, já em sua reta final, tem tido uma postura contrária ao pleito, segundo o executivo.

No entanto, as companhias brasileiras já se organizam para fazer missões à China, com o intuito de convencer grandes empresas que têm levado concessões no Brasil a comprar aço brasileiro.

O temor, diz ele, é que com a entrada de mais estrangeiros nas obras de infraestrutura — especialmente os chineses —, aumente a importação de materiais como aço e cimento.

“Tem que ter algum tipo de mecanismo ao ‘buy Brasil’. Se não quer chamar de conteúdo local, porque a palavra é feia, muda o termo. Mas alguma coisa para proteger a indústria de transformação nacional vai ser necessária”, afirmou Lyra.

COTAS

Em relação às negociações com o governo americano, a indústria corre para chegar, junto ao governo brasileiro, a um acordo definitivo com o país.

O Brasil conseguiu uma isenção temporária à tarifa americana, mas a licença vence na próxima segunda-feira (30), e ainda não se sabe se o prazo será estendido.

Por enquanto, a expectativa é que sejam criadas restrições do quanto cada país poderá vender aos EUA, com a sinalização americana de que será criado um sistema de cotas.

As empresas aguardam mais informações sobre como funcionaria esse mecanismo.

“Os EUA estão se organizando para isso, não tem o modelo pronto. Deverá se determinar um agrupamento de produtos, e são alocadas cotas. Uma vez definida a cota global, vamos ter que sentar com as associadas, e aí imagine que não será uma missão fácil fazer essa distribuição das cotas”, afirma o presidente-executivo da associação setorial, Marco Polo de Mello Lopes.

Ainda não está claro como seria a divisão entre produtos, empresas, e tampouco se o controle será feito no próprio país exportador ou já nos Estados Unidos, diz.

Marco Polo afirma que a negociação com os americanos não envolve outros setores, tal como fez a Coreia do Sul — que abriu mais seu mercado a importações de carros americanos em troca de isenção.

Os Estados Unidos são os maiores compradores da indústria siderúrgica brasileira. As perdas anuais com as tarifas seriam de cerca de R\$ 1,1 bilhão ao ano, segundo estimativa do Ipea. Em 2017, o Brasil exportou US\$ 2,63 bilhões (cerca de R\$ 9,1 bilhões) ao país.

A medida, anunciada do presidente Donald Trump em março deste ano, afetaria principalmente as empresas que vendem aço semimanufaturado.

O setor argumenta que o produto, principal item de exportação aos EUA, não prejudica a indústria norte-americana e, pelo contrário, seria complementar à sua atividade, já

que as chapas são transformadas em peças usadas para fabricar eletrodomésticos, automóveis e outros produtos.

Venda de aço plano fica abaixo do esperado em março, diz Inda

25/04/2018 – Fonte: Exame

Distribuidores venderam 262,9 mil toneladas de aço plano no mês passado, alta de 1,2% sobre fevereiro e crescimento de 3,4% na comparação anual



Aço: volume de aço plano vendido por distribuidores do Brasil em março ficou abaixo do esperado (Jean-Paul Pelissier/Reuters)

O volume de aço plano vendido por distribuidores do Brasil em março ficou abaixo do esperado, motivando a entidade que representa o setor, Inda, a iniciar estudos para rever para baixo suas projeções para todo o ano.

Os distribuidores venderam 262,9 mil toneladas de aço plano no mês passado, alta de 1,2 por cento sobre fevereiro e crescimento de 3,4 por cento na comparação anual, segundo dados do Instituto Nacional de Distribuidoras de Aço divulgados nesta terça-feira.

“O crescimento de janeiro e fevereiro indicava uma retomada mais forte. Vai ser difícil ter crescimento de dois dígitos este ano, se chegar a um dígito alto vai ser bom”, disse o presidente do Inda, Carlos Loureiro, a jornalistas. “Tem muita insegurança política. O investimento é o que puxa o consumo de aço e é difícil ter investimento com insegurança na política”, acrescentou.

Nos primeiros três meses do ano, as vendas cresceram quase 14 por cento sobre o mesmo período do ano passado, para 806,5 mil toneladas. Com exceção de chapa grossa, normalmente usada em grandes projetos de infraestrutura, todos os produtos importantes tiveram crescimento nas vendas do trimestre sobre um ano antes.

Segundo Loureiro, a recuperação da economia “não acabou o gás, mas perdeu velocidade. Estamos sentindo essa mensagem. Vamos ver se isso se confirma mesmo mais adiante”.

O Inda iniciou o ano com expectativa de crescimento de 10 a 12 por cento nas vendas em 2018, mas Loureiro comentou que a entidade vai rever o número em junho, para uma expansão em torno de 5 a 7 por cento.

Por enquanto, a demanda por aço plano no Brasil tem sido impulsionada pelo setor automotivo, cuja produção subiu 14,6 por cento no primeiro trimestre, para 700 mil unidades.

Os estoques acumulados no final do trimestre pelos distribuidores eram de 887,3 mil toneladas, alta de 2,4 por cento na comparação com fevereiro. A expectativa do Inda é que o volume suba para 906 mil toneladas neste mês, em que as vendas devem recuar cerca de 10 por cento sobre março.

Loureiro comentou que apesar de haver espaço para aumento de preços de aço no Brasil, as usinas, como CSN, Usiminas e ArcelorMittal, estão em uma intensa disputa por participação de mercado, o que reduz as possibilidades de reajuste.

Na semana passada, o presidente da Usiminas, Sergio Leite, comentou a analistas que a empresa pretende elevar preços do aço vendido aos distribuidores em junho, seguindo anúncio semelhante da CSN dias antes, mas afirmou que o espaço para esse reajuste seria de 5 por cento.

“Teve muita coisa (reajustes de preço de aço) anunciada que ficou para trás (não foi implementado)... A disputa das usinas é questão de excesso de oferta. A disciplina entre as usinas está muito tênue. O único jeito de um pegar mercado do outro é baixando preço”, disse Loureiro.

Após trimestre frustrante, Abimaq pode rever previsão de crescimento de vendas

25/04/2018 – Fonte: Isto É

A direção da Abimaq, entidade que representa a indústria nacional de máquinas e equipamentos, adiantou nesta terça-feira, 24, que, após o desempenho aquém das expectativas no primeiro trimestre, poderá rever para baixo as previsões de crescimento na faixa de 5% a 10% das vendas do setor se o mercado não reagir a partir de abril.

De janeiro ao mês passado, o faturamento das fábricas de bens de capital mecânicos teve leve aumento de 0,8% quando deveria já estar crescendo num ritmo de, pelo menos, 2%, disse o diretor de competitividade da Abimaq, Mário Bernardini, durante a apresentação dos resultados do setor em março.

“O primeiro trimestre é sazonalmente fraco. Mas março não é e não foi muito bom. Se abril também não for bom, terei um quadrimestre abaixo da expectativa e isso me obriga a rever a previsão”, comentou Bernardini.

Durante a coletiva, dirigentes da entidade criticaram o aumento do custo dos financiamentos – superior a taxa de retorno dos negócios – após a mudança nos juros praticados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e apontaram baixa confiança das empresas. Juntos, esses fatores impedem que a melhora da produção industrial se traduza em retomada dos investimentos produtivos.

“As empresas investem quando têm horizonte de que vai ter demanda e que vai ganhar dinheiro com o investimento. Se não tiver certeza de que vai ganhar dinheiro, não programa investimento. A condição essencial é a expectativa de demanda e lucro”, afirmou Bernardini. “Temos hoje um ambiente hostil ao investimento produtivo no Brasil”, acrescentou.

Agenda de medidas

A Abimaq está entregando aos pré-candidatos à Presidência da República uma agenda de medidas de estímulo à industrialização, incluindo no documento propostas como o uso das reservas internacionais em instrumentos de proteção cambial (hedge) mais baratos para as empresas e maior competitividade bancária como caminho para reduzir os juros.

“Os bancos seguem muito seletivos porque ainda têm condições privilegiadas de aplicação a risco zero. Hoje, os bancos são uma padaria que não precisa fazer pão”, comentou o diretor de competitividade da Abimaq.

Ele defendeu ainda que o governo aproveite o momento de inflação abaixo do centro da meta para permitir a valorização do dólar, dando assim maior competitividade aos

produtos nacionais. Segundo Bernardini, seria viável hoje para o Banco Central (BC) permitir que a taxa de câmbio “deslize” lentamente até a faixa de R\$ 3,60 a R\$ 3,80 – patamar mais competitivo para a indústria – sem grande custo para a sociedade ou estragos na inflação.

Chineses lançam carro elétrico produzido por impressora 3D

25/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O primeiro carro feito em larga escala por impressoras 3D será elétrico e terá dois lugares. Essa é a promessa da empresa chinesa Polymaker, que apresenta o protótipo LSEV no Salão do Automóvel de Pequim.

São 57 peças ao todo, algo bem menos complexo do que um automóvel convencional –que, segundo a Toyota, tem cerca de 30 mil componentes, incluindo porcas e parafusos.

De acordo com a Polymaker, as únicas partes que não serão feitas por impressoras são os vidros, o chassi e as baterias.

O carro elétrico pesa 450 quilos e, segundo a fabricante, terá autonomia para rodar 150 quilômetros com uma carga completa de suas baterias.

Trata-se de alternativa para centros urbanos: a velocidade máxima não passará de 70 km/h, de acordo com a Polymaker.

Os chineses pretendem vender o carro na Ásia e na Europa pelo equivalente a R\$ 25 mil. A produção em larga escala começa em 2019.

O Salão de Pequim, que será aberto ao público no domingo (29), é o primeiro grande teste de receptividade do LSEV.

New Holland mostra trator-conceito a biometano

25/04/2018 – Fonte: Automotive Business

Fabricante considera a produção local do modelo se houver condições favoráveis

A fabricante de máquinas agrícolas **New Holland** trouxe ao Brasil um novo trator-conceito movido a **biometano**. O equipamento foi produzido em Basildon, na Inglaterra. Utiliza um motor FPT de seis cilindros e 180 cavalos próprio para a queima de gás. Sua chegada ao mercado mundial é aguardada em cerca de três anos.

“Ele poderá ser produzido no Brasil. Isso pode levar quatro, talvez cinco anos, vai depender de uma série de fatores”, afirma o vice-presidente da New Holland para a América Latina, Rafael Miotto.

Ele se refere a condições favoráveis ao surgimento de biodigestores em propriedades agrícolas e com isso a utilização de máquinas que consumam o biocombustível em vez de diesel.

Com autonomia estimada entre cinco e seis horas de uso contínuo, o protótipo será a grande atração da New Holland na Agrishow, maior feira agrícola do País, que ocorre de 30 de abril a 4 maio em Ribeirão Preto (SP).

Em vez de tanques cilíndricos, os reservatórios do trator têm formato irregular para

aproveitar melhor os espaços ao redor da máquina. O custo-benefício prometido será similar ao de um modelo a diesel.

Em 2013 a multinacional apresentou seu primeiro trator movido a metano, o modelo T6. Em 2017 trouxe ao Brasil o equipamento, que roda em testes na Chácara Marujo, em Castro (PR), com boa aceitação por causa do desempenho equivalente ao similar a diesel.

Na propriedade paranaense foram construídos um biodigestor e outras instalações por iniciativa do pecuarista Jan Haasjes, a um custo aproximado de R\$ 3,5 milhões.

Os itens foram importados da Alemanha e basicamente transformam em gás combustível os dejetos de sua criação de cerca de 10 mil porcos. O biometano é consumido pelo trator, por duas empilhadeiras e uma caminhonete.

O excedente é transformado em energia elétrica, utilizada parcialmente dentro da propriedade e também repassada à cooperativa local. Toda a estrutura foi bancada por Haasjes, sem a utilização de linhas de financiamento.

A New Holland reforça a importância do apoio da legislação a esse tipo de iniciativa: "Temos procurado os governos federal e estaduais por causa da viabilidade dessas máquinas a biometano.

O importante é que haja uma desburocratização que acelere as regulamentações para o uso do gás, até porque não seriam necessários grandes subsídios", afirma Miotto.

DESIGN ATUAL

O trator-conceito surgiu a partir de esquetes enviados de diferentes locais: "Temos estúdios em Chicago (EUA), Lion (França), Turim e Modena (Itália). Gosto de promover a competição entre eles", afirma o diretor de design da CNH Industrial, David Wilkie.

O novo trator usa câmeras em vez de retrovisores e tem faróis e lanternas integrados à carroceria.

O assento do tratorista é feito em gomos que reproduzem o logotipo da New Holland. Há uma tela com informações no centro do volante e outra maior e mais próxima ao teto.

De acordo com a New Holland, o novo trator tem a mesma durabilidade e intervalos de serviço iguais aos de um similar a diesel, mas emite 10% menos gás carbônico e reduz o total de emissões em 80%. Ainda segundo a companhia, a emissão de particulados é 99% menor.

OUTROS DESTAQUES PARA A AGRISHOW

A New Holland guardou alguns novos produtos para a feira agrícola que começa na próxima segunda-feira. De acordo com Miotto, a companhia levará uma nova colheitadeira, modelo 10.90; uma nova família de pulverizadores; e um trator grande (modelo T9) disponível com linhas de crédito similares às do Finame, mas fornecidas pelo próprio Banco CNH.

"É uma máquina que se paga facilmente porque faz o trabalho de quatro tratores", afirma o executivo.

Outro destaque na Agrishow será o sistema de telemetria desenvolvido em parceria global com a Climate Corp. Ele faz o gerenciamento "escritório-máquina" da produção agrícola.

Venda on-line de carros seminovos movimentou R\$ 2,6 bilhões

25/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Concessionárias lucraram R\$ 49 milhões com repasse de veículos no 1º trimestre do ano

As vendas on-line de carros seminovos começaram o ano aquecidas, com faturamento de R\$ 2,64 bilhões no primeiro trimestre de 2018. O montante é 45% superior ao registrado no mesmo período do ano passado, segundo a AutoAvaliar, plataforma B2B que oferece recursos de pregão digital, gestão de estoques e avaliação de veículos usados. O sistema reúne 2,5 mil concessionárias e 20 mil lojistas independentes, aponta a empresa.

As receitas geradas com a negociação on-line seminovos garantiram lucro de R\$ 49 milhões às revendas no primeiro trimestre, indica a plataforma, dobrando o resultado registrado há um ano. Também aumentou o valor médio das transações feitas com o sistema, saltando de R\$ 26 mil em 2017 para R\$ 28 mil no começo deste ano. Já o ticket médio pago pelos consumidores em veículos usados é bastante superior e chega a R\$ 65 mil, aponta a empresa.

Pela base de dados da AutoAvaliar, Fiat Palio, Volkswagen Gol e Ford Fiesta foram os carros mais vendidos nos pregões on-line. O melhor giro de venda foi o do Ford Ka+ que ficou, em média, apenas 6 dias no estoque das concessionárias. Fiat Mobi e Renault Megane Grand Tour também apresentaram bons resultados, levando menos de 14 dias para serem vendidos.

A plataforma aponta que o Toyota Corolla 2016 foi o carro seminovo com menor desvalorização nas negociações B2B da plataforma no primeiro trimestre, de 7%. Em seguida aparecem a Nissan Frontier, com queda de 9% no preço, e Fiat Linea, com redução de 20%.